

Coordenadores
Mila Gouveia
William Akerman

Mapeando o Edital

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

2021

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Carina Senna d'Avila

Princípios
Institucionais

1 RELEVÂNCIA DA MATÉRIA

A matéria Princípios Institucionais do Ministério Público pode, inicialmente, causar espanto nos candidatos: não faz parte da grade da faculdade e, obviamente, não é cobrada em nenhum outro concurso. Assim, se você estudava para um concurso de nível médio e agora deseja alcançar o cargo de Ministério Público, ou se você estudava apenas de forma geral para concurso, sem direcionar para nenhuma instituição específica, é provável que até aqui você não tenha estudado esta matéria.

Esta introdução tem apenas um propósito: dizer que você não deve se assustar. Ao contrário, veja esta matéria como uma grande aliada na sua aprovação.

Ao se analisar os concursos de Ministério Público estadual dos últimos anos em nosso país, percebe-se que muitos estados dedicam uma banca específica para esta matéria, de modo que isso já seria motivo suficiente para não a negligenciar. Para além disso, o que percebemos é que o edital desta matéria é curto (quicá o mais curto das matérias cobradas) e as questões se repetem bastante, não havendo constantes atualizações e novidades sobre o tema – ao contrário das matérias clássicas.

Como candidato, você já deve ter percebido que há matéria a perder de vista em Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional, Tutela Coletiva... o céu é o limite! Além disso, as fontes de estudo são inúmeras: vários autores de doutrina para cada uma dessas matérias, códigos e leis esparsas, muitos atos infralegais, jurisprudência de diversas fontes, com fixação de teses, Súmulas, Jornadas de Direito, FPPC, enfim. Na disciplina Princípios Institucionais do Ministério Público, o cenário é um pouco mais animador.

A doutrina existente é finita. No tópico seguinte, será indicada toda a bibliografia pormenorizadamente, mas desde já saiba que apenas 03 (três) livros cobrem todas as questões a serem feitas sobre o tema. Pense na quantidade de autores de renome existentes em Direito Civil, por exemplo, e a quantidade de livros dos quais podem ser retiradas questões. Além disso, a jurisprudência é muito pontual nesta seara. É claro que há julgados de referência que você terá que conhecer – mas eles não são frequentes, a mudança da jurisprudência é mais lenta do que nas demais matérias, e são temas pontuais que são levados às Cortes.

Assim, utilize a matéria Princípios Institucionais do Ministério Público para garimpar preciosos pontos na prova.

É preciso destacar, contudo, uma única desvantagem: em alguns casos, você precisará conhecer a lei complementar de regência do Ministério Público do estado para o qual você está prestando concurso. Contudo, não é uma exclusividade desta matéria, pois há outras que, por vezes, também cobram leis estaduais. Ocorre que, em Princípios Institucionais, há um facilitador: as leis estaduais não diferem muito da lei orgânica nacional. Assim, você focará o seu estudo nas diferenças – que geralmente são o foco das questões. Nesta mesma linha, alguns atos normativos internos do *Parquet* pretendido precisam ser conhecidos pelo candidato.

A boa notícia, além da possibilidade de esgotar o curto edital desta matéria, é que o estudo de Princípios Institucionais do Ministério Público traz conteúdo prático útil para a sua futura atuação funcional. Por certo, esta não é uma preocupação sua neste momento... mas é do seu examinador.

É por esta razão que se tem percebido um crescimento da importância da matéria Princípios Institucionais do Ministério Público nas provas dos diversos estados da federação.

Os motivos acima expostos tornam a disciplina em tela um trunfo em concursos do Ministério Público, uma vez que pode ser a responsável por garantir pontos valiosos para a sua aprovação.

2 BIBLIOGRAFIA INDICADA E FONTES DE ESTUDO

Como já antecipado, nesta disciplina é possível delimitar com segurança a bibliografia, uma vez que não há muitos autores que escrevem de forma global e didática sobre o tema. Embora seja possível encontrar muitos artigos com temáticas afetas aos Princípios Institucionais do Ministério Público, hoje é possível enumerar 03 (três) autores que dominam todo o campo desta matéria: Emerson Garcia, Hugo Nigro Mazzilli e Carlos Roberto Jatahy.

Como sempre, a escolha da bibliografia deve atender a sua afinidade com o estilo do autor – e isso não seria diferente aqui. Ocorre que, alguns pontos estratégicos devem ser levados em consideração. Caso esteja fazendo prova para o MP-RJ, adote, sem sombra de dúvidas, Emerson Garcia como sua base de estudo, eis que o autor é referência no Parquet fluminense; caso sua prova seja para o MP-SP, prefira a obra de Hugo Nigro Mazzilli, membro aposentado com imenso prestígio na instituição paulista. A obra de Carlos Roberto Jatahy, embora de excelente qualidade, não possui atualizações tão frequentes quanto a dos outros dois autores. Assim, para a formação de base, prefira aqueles dois primeiros, com especial inclinação caso a prova seja para o Rio de Janeiro ou para São Paulo.

Como já mencionado, não há intensa produção jurisprudencial no tocante a esta matéria, de modo que, de posse de uma edição atualizada de um dos livros, estes indicarão os julgados relevantes. Isto não te exime de acompanhar a jurisprudência, por óbvio. Apenas passa a tranquilidade, ao menos nesta matéria, que eventual mudança jurisprudencial será pontual e você pode facilmente acompanhar e fazer a observação no seu livro de estudo.

Além destas orientações gerais de bibliografia, é de suma importância notar que, em bancas personalizadas (com examinadores identificados, em sua maioria membros do *Parquet*), ao contrário de bancas sem rosto (como VUNESP, FCC e afins), é importante verificar se alguns dos seus integrantes possui artigos ou trabalhos publicados ou se, naquele Estado, há a predileção institucional por alguma obra doutrinária. Já indicamos aqui aquelas adotadas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em paralelo, não deixe de consultar o site do Ministério Público para o qual você está prestando prova. A maioria apresenta material institucional acessível ao público externo. É preciso pesquisar as normativas internas, bem como eventuais Enunciados dos órgãos internos.

Além da leitura dos livros doutrinários, por óbvio, como não poderia deixar de ser, faz-se necessária a leitura atenta da legislação pertinente a cada tópico do seu edital. Aproveite, como já dito, o fato de esta matéria apresentar, em regra, **um enxuto edital, com poucas leis**. Poucas matérias têm essa vantagem. Aqui, faça um estudo comparativo da legislação nacional com a do estado para o qual você está fazendo prova.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO NAS PROVAS DE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Diferentemente de outros certames, não existe uma resolução ou alguma outra espécie normativa que determine a necessária observância de disciplinas, temas ou formatos de prova para os diversos Ministérios Públicos Estaduais.

Neste contexto, verifica-se uma significativa heterogeneidade nas modalidades de prova e no conteúdo cobrado. Entretanto, tais diferenças podem ser limitadas ao constatarmos algumas repetições nas bancas responsáveis pelos concursos de Ministério Público estadual.

Assim, segue tabela demonstrativa das bancas dos últimos concursos em todo o país:

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL BANCAS		
NORTE		
MP-AM	2015	FMP
MP-AP	2012	FCC
MP-AC	2014	CESPE
MP-PA	2014	FCC
MP-RR	2017	CESPE
MP-RO	2017	FMP
MP-TO	2012	CESPE
NORDESTE		
MP-MA	2014	MP-PR

MP-PI	2019	CESPE/CEBRASPE
MP-CE	2020	CESPE/CEBRASPE
MP-RN	2009	CESPE
MP-PE	2014	FCC
MP-PB	2018	FCC
MP-SE	2010	CESPE
MP-AL	2012	FCC
MP-BA	2018	CEFET-BAHIA
CENTRO-OESTE		
MP-MT	2019/2020	FCC
MP-MS	2018	MP-MS
MP-GO	2019	MP-GO
SUDESTE		
MP-SP	2019	MP-SP
MP-RJ	2018	MP-RJ
MP-ES	2013	VUNESP
MP-MG	2019	FUNDEP - UFMG
SUL		
MP-PR	2018/2019	MP-PR
MP-RS	2016/2017	MP-RS
MP-SC	2019	MP-SC

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL BANCAS		
BANCAS PRÓPRIAS	08	MP-MA, MP-MS, MP-GO, MP-SP, MP-RJ, MP-PR, MP-RS, MP-SC
FMP	02	MP-AM, MP-RO
FCC	06	MP-AP, MP-PA, MP-PE, MP-PB, MP-AL, MP-MT
CESPE/CEBRASPE	07	MP-AC, MP-RR, MP-TO, MP-PI, MP-CE, MP-RN, MP-SE
CEFET-BAHIA	01	MP-BA
VUNESP	01	MP-ES
FUNDEP-UFGM	01	MP-MG

Pode-se perceber que o cenário dos concursos de Ministério Público é dominado por bancas institucionais. Dentre as bancas corporativas contratadas, há o domínio da FCC e CESPE/CEBRASPE. As exceções, assim, ficam no MP-MG (FUNDEP-UFGM), MP-ES (VUNESP), MP-BA

(CEFET-BAHIA), MP-AM e MP-RO (ambos FMP), totalizando apenas 05 (cinco) estados. Desta forma, fica mais fácil traçar uma estratégia de estudo mais direcionado.

Além disso, é possível perceber tendências de bancas variando em razão da região geográfica.

	BANCAS DO MP	BANCAS CORPORATIVAS
NORTE	0 – 0%	7 – 100%
NORDESTE	1 – 11%	8 – 89%
CENTRO-OESTE	2 – 67%	1 – 33%
SUDESTE	2 – 50%	2 – 50%
SUL	3 – 100%	0 – 0%

Sabemos que fazer concurso para um estado distante pode, por vezes, ser uma decisão difícil. Por isso, interessante analisar o quadro acima, no qual podemos perceber um padrão geográfico. Nas regiões Norte e Nordeste, praticamente a totalidade das bancas é contratada dentre aquelas instituições que se dedicam a isso (FCC e CESPE/CEBRASPE, em sua maioria), cabendo observar que a única banca própria (MP-MA), apesar de ser do Ministério Público, é composta por membros de outro Estado (MP-PR). Já nas demais regiões, o quadro se inverte, chegando a ter 100% de bancas próprias no sul.

Com base no acima exposto, em razão da já mencionada ausência de uniformidade nacionalmente regulamentada de conteúdos e temas em provas de Ministério Público estadual, selecionou-se para comparação um exemplo de edital de cada uma das três hipóteses mais recorrentes: banca própria, FCC e CESPE/CEBRASPE.

BANCA PRÓPRIA (MP-RS)	BANCA FCC (MP-AL)	BANCA CESPE/CEBRASPE (MP-PI)
O Ministério Público. Construção histórica. Divisão. Princípios institucionais do Ministério Público. Unidade. Indivisibilidade. Independência Funcional. Autonomias constitucionais do Ministério Público. Funcional. Administrativa. Financeira.	1. Constituição Federal do Brasil, Título IV, Capítulo IV, Das Funções Essenciais à Justiça, Seção I: Do Ministério Público.	Resolução CNMP nº 138/2016; Recomendação CNMP 12/2009; Recomendação CNMP 40/2016;

BANCA PRÓPRIA (MP-RS)	BANCA FCC (MP-AL)	BANCA CES-PE/CEBRASPE (MP-PI)
<p>Garantias constitucionais relativas aos membros do Ministério Público. As garantias da inamovibilidade, da irredutibilidade de vencimentos da vitaliciedade e do foro por prerrogativa de função. As vedações constitucionais. Funções institucionais do Ministério Público. A estrutura organizacional e o regime jurídico dos membros do Ministério Público na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na legislação institucional. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei 8.625/93. A Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul – Lei Estadual 7.669/82 e suas alterações posteriores. O Estatuto do Ministério Público do Rio Grande do Sul – Lei Estadual 6.536/73 e suas alterações posteriores. A Lei Complementar 75/93. O Conselho Nacional do Ministério Público: composição, competência; Regimento Interno; as resoluções e outras orientações de caráter normativo</p>	<p>2. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93).</p> <p>3. Estatuto do Ministério Público de Alagoas (Lei Complementar nº 15/96)</p>	<p>Recomendação CNMP 25/2014; Resolução CNMP nº 118/2014; Lei nº 8.625/1993; Lei Complementar nº 75/1993; Lei Complementar nº 12/1993 e suas alterações.</p>

Reparem que são, em regra, editais enxutos e com diversos pontos em comum. Passamos a destacar, desde já, as exceções. O MP-CE, seguido pelo MP-MA, apresenta edital mais extenso, comparando todos os últimos editais de Ministério Público estadual. Contudo, ao analisar seu conteúdo, verifica-se que, em verdade, trata-se de um detalhamento dos macro temas já cobrados normalmente. É recomendável fazer disso uma ferramenta aliada: utilize o maior edital (MP-CE) para checar se você estudou todos os assuntos dentro de cada um dos pontos:

MP-CE. LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1 Perfil constitucional. 1.1 Conceito e princípios; unidade e independência; autonomia funcional administrativa e financeira; ramos do Ministério Público; chefia, escolha, nomeação e destituição; legislação infraconstitucional e iniciativa; garantias; vedações; funções institucionais; a figura do ombudsman; ingresso na carreira. 2 Organização administrativa e funções dos órgãos de administração, execução e auxiliares. 3 Carreira. 3.1 Concurso; provimento; posse e exercício; estágio probatório e vitaliciamento; promoções; remoções; substituição por convocação; afastamentos; reintegração; reversão; aproveitamento e readmissão. 4 Direitos

e prerrogativas. Garantias do cargo. 5 Disciplina. 5.1 Deveres e vedações; impedimentos e suspeições; inspeção e correições; sanções; prescrição; sindicância; processo administrativo; recursos; revisão do processo administrativo; reabilitação. 6 Instrumentos de investigação e de atuação extrajudicial. 6.1 Audiências Públicas, abertura e instrução de procedimentos; inspeções; expedição de notificações, recomendações e requisições. 7 Termos de Ajustamento de Conduta. 7.1 Fiscalização do cumprimento e execução judicial. 8 A evolução dos meios de proteção e promoção dos direitos fundamentais e as funções extrajudiciais e judiciais do Ministério Público. 9 Efetivação dos direitos fundamentais e atuação do Ministério Público. 10 Litisconsórcio entre ministérios públicos. 11 O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). 12 Papéis das corregedorias-gerais do Ministério Público no CNMP e no MPCE. 13 Órgãos colegiados. 14 Ouvidoria do Ministério Público. 15 Ministério Público dos Estados e da União. 16 Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. 17 Disciplina dos feitos extrajudiciais de atribuição do Ministério Público (inquérito Civil, procedimento preparatório, procedimento administrativo, procedimento investigatório criminal e notícia de fato). 18 As leis orgânicas do Ministério Público. 18.1 Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), Lei Complementar Federal nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), Lei Complementar Estadual nº 72/2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará).

Cumpre frisar: não se deixe assustar por este edital longo, em verdade, ele traz a grande vantagem de enumerar pontos relevantes da matéria, o que pode servir como um índice para o seu estudo.

Após o MP-CE, o edital menos conciso é o do MP-MA. Do mesmo modo, todavia, não há diferença significativa no conteúdo comparado com os 03 (três) editais exemplo colocados acima.

Além disso, importante pontuar que, como já explanado no início deste capítulo, que a disciplina, além de ter um enxuto edital que pode ser um trunfo para o candidato, é de cobrança tradicional em provas de Ministério Público. Entretanto, alguns poucos estados cobram esta disciplina no interior de outra: MP-MG, MP-SP, MP-ES, MP-RN¹, no programa de Direito Constitucional. Atenção: isso não significa que não haja questões da matéria! Elas podem aparecer, uma vez que o assunto consta do Edital. Mas fato é que a sua incidência é menor (ou até nula) nestes

1. Note que a última prova do MP-RN foi em 2009, de modo que este cenário pode ser alterado a fim de aproximar a prova às dos demais Estados.

específicos Estados. Caso você esteja se preparando para um destes, este dado pode lhe direcionar a priorizar outras matérias de maior incidência.

Veja o quadro abaixo:

BANCAS EM QUE “PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO” NÃO É DISCIPLINA AUTÔNOMA	
MP-RN	0 questões
MP-SP	0 questões
MP-ES	01 questão
MP-MG	01 questão

Feitas estas considerações, procurou-se comparar todos os últimos editais de cada um dos 26 estados da federação a fim de obter um conteúdo programático unificado, cujo estudo abrange todos os Ministérios Públicos Estaduais.

Algumas observações sobre o quadro abaixo: quando não especificado, o tema é relevante para as provas de todos os Estados. Além disso, ainda que não mencionado expressamente em alguns editais, certos temas podem ser cobrados diante da forma genérica como tais pontos foram elencados – e isso foi considerado para uma indicação cautelosa dos pontos possíveis. Por fim, em certos pontos genéricos, procurou-se apontar alguns os tópicos que ali se inserem, não sendo esta lista exaustiva, mas tão somente um guia inicial dos temas pelos quais o candidato deverá percorrer dentro daquele ponto.

PONTO	OBSERVAÇÕES
1. HISTÓRICO	O candidato deve saber a evolução histórica da instituição. Figura da Ombudsman. MP-MT: “Ministério Público: da conformação legal à transformação social.”
2. PERFIL CONSTITUCIONAL	O candidato deve conhecer o tema inclusive na respectiva Constituição Estadual (especialmente se o edital do Estado mencionar especificamente a Constituição Estadual). MP-MT: Ministério Público: Agente do Estado. Função política.
3. PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS	(Unidade, Indivisibilidade e Independência Funcional)

4. AUTONOMIAS CONSTITUCIONAIS	(Funcional, Administrativa, Financeira) Indispensável o conhecimento aprofundado do ponto para todos os Estados.
5. RAMOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	(MPU e suas divisões, MP dos Estados, Leis Orgânicas)
6. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E PRERROGATIVAS	Indispensável o conhecimento aprofundado do ponto para todos os Estados.
7. VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS	Indispensável o conhecimento aprofundado do ponto para todos os Estados.
8. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE EXECUÇÃO.	(Não esquecer dos órgãos auxiliares e órgãos colegiados) Tema importantíssimo. Indispensável o conhecimento aprofundado do ponto para todos os Estados.
9. CHEFIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	(Requisitos para a investidura e procedimento de destituição) Indispensável o conhecimento aprofundado do ponto para todos os Estados.
10. CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DIREITOS.	(Carreira: provimento, concurso, posse, exercício, estágio probatório, vitaliciamento, promoções, remoções, afastamentos, reintegração, reversão, aproveitamento e readmissão. Direitos: disponibilidade, férias, licenças, subsídio, vantagens legais, aposentadoria e pensão.)
11. RESPONSABILIDADE	(Penal, civil e administrativa do membro do Ministério Público, bem como tudo relacionado à perda do cargo)
12. REGIME DISCIPLINAR	(Deveres e vedações, impedimentos e suspeições, inspeção e correições, sanções, prescrição, sindicância, do processo administrativo, recursos, revisão do processo administrativo, reabilitação)
13. CNMP	(Composição, competência, Regimento Interno) Alguns editais mencionam expressamente Resoluções e outras orientações de caráter normativo do CNMP. Se for o caso da sua prova, você deverá conhecê-las (como MP-MT e MP-PI).

LEIS	Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei nº 8.625/93
	Lei Complementar nº 75/93
	Lei Complementar estadual relativa a cada Estado (Lei Orgânica do Ministério Público estadual)
	MP-AP: Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/79).
	MP-AC, MP-PB, MP-BA: Lei de Organização Judiciária estadual
OUTROS TEMAS PONTUAIS	MP-RR, MP-MT: Inquérito Civil, TAC, Lei nº 7.347/85 (Instrumentos institucionais, extrajudiciais e judiciais na proteção e defesa dos direitos e garantias individuais e coletivas fundamentais. O Inquérito Civil Público e a defesa dos direitos fundamentais)
	MP-RO, MP-TO: Servidores. A carreira de apoio técnico-administrativo. Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações).
	MP-RO, MP-TO: A atuação do Ministério Público na elaboração da proposta orçamentária.

Com o mapa acima delineado, o candidato terá uma visão completa da disciplina Princípios Institucionais do Ministério Público. Bastará, após a publicação do edital e identificação da banca, adaptá-lo ao estado da federação para o qual a prova se destina (observando a legislação estadual, por exemplo) e à banca escolhida (verificando as questões comumente cobradas por ela e, no caso de banca institucional, buscando publicações do membro).

Para facilitar este trabalho, no item a seguir serão delineados os temas mais cobrados nas últimas provas de Ministério Público Estadual.

4 ANÁLISE GERAL DAS ÚLTIMAS PROVAS OBJETIVAS.

No escopo de identificar os tópicos com maior incidências nas provas do Ministério Público estadual, foram analisados os últimos certames de cada um dos 26 estados da federação. Resultado disto é a tabela abaixo, que destaca os temas mais cobrados por cada banca.

Observe que, para facilitação do estudo, indicamos todos os temas que foram tratados em cada questão. Deste modo, cumpre lembrar que uma só questão pode tratar de mais de um tema. Por isso, o número de questões, por vezes, não coincide com o número de tema tratados.

Além disso, optou-se por classificar as questões cobradas nos últimos concursos em macrotemas, de modo a permitir mapear aqueles de maior incidência e, assim, direcionar o estudo do candidato.

Por fim, destacamos que a análise das questões foi feita da seguinte forma: foram analisadas apenas as questões dentro da matéria Princípios Institucionais do Ministério Público, quando a prova possuía esta separação por matéria; quando não, foram analisadas todas as questões da prova em busca de assuntos da disciplina.

Os temas foram classificados em ordem decrescente de recorrência nas provas analisadas.

	MP-AM 2015 FMP	MP-AP 2012 FCC	MP-AC 2014 CESPE	MP-PA 2014 FCC	MP-RR 2017 CESPE	MP-RO 2017 FMP	MP-TO 2012 CESPE	MP-MA 2014 MPPR	MP-PI 2019 CES- PE	MP-CE 2020 CESPE	MP-RN 2009 CESPE
QUESTÕES	7	8	4	5	3	7	3	2	6	4	2
Órgãos (Exec/Adm)	1	2	2	1		1		1	2	3	
Atribuições/Funções	1	1				1	2	2			1
Chefia do MP	1	2		1	1	1	1	1			
Garantias/Prerrog.	1	1			1		3	1			1
Carreira/Direitos	1				1	4	2		1	1	
Autonomia				1			1	1			1
Disciplinar						2			1	1	
Vedações	1						1	1			1
Resoluções CNMP	2					2			1		
Princípios Instituc.											
CNMP	1	1				1					1
Atuação Extrajud.			1		1				1		
Perda do cargo			1			1			1		
MPU		1	1								
Ramos do MP							2				1
Iniciativa Legis- lativa	1										
Deveres	2					1					
Responsabilidade					1	1					
Conflito Atribuição				1							
Orçamento							1				
Const. Estadual		1									
Lei Org. Magist.		1									
Planejamento				1							

Da análise dos dados coletados, podemos enumerar os seguintes assuntos como os **mais cobrados** – e, por consequência, aos quais seria interessante dar mais atenção nos estudos:

➔ **1. Órgãos de execução e administrativos.**

Este tema foi intensamente cobrado, devendo o candidato conhecer em detalhes quais são estes órgãos, suas atribuições, sua composição. É preciso, ainda, conhecer as disposições sobre tais órgãos tanto na Lei Orgânica Nacional quanto na Lei Orgânica do Estado para o qual se presta o concurso. Importante não esquecer dos órgãos auxiliares. Há um enfoque

MP- -PE 2014 FCC	MP- -PB 2018 FCC	MP-SE 2010 CESPE	MP- -AL 2012 FCC	MP- -BA 2018 CEFET	MP- -MT 2019 FCC	MP- -MS 2018 MPMS	MP- -GO 2019 MPGO	MP- -SP 2019 MPSP	MP- -RJ 2018 MPRJ	MP-ES 2013 VU- NESP	MP-MG 2019 FUN- DEP	MP- -PR 2018 MPPR	MP- -RS 2016 MPRS	MP-SC 2019 MPSC	TOTAL
5	6	10	4	3	4	3	4	1	2	2	1	3	4	15	-
2	3	2	2	1	2	1	3			1	1	1	2	6	40
1		5					2	1	1	1	1			1	21
		1			1	1		1			1			4	17
1	1	1	1						1						13
2															12
1	1	2	1				1		1					1	12
1		2										2	2		11
	1	2				1	1	1							10
		1		1	1										8
		1	1	1		2		1	1						7
		1												1	6
				1	1										5
												1		1	5
														2	4
		1													4
								1	1						3
															3
						1									3
								1							2
1															2
															1
															1
															1

maior na Procuradoria Geral de Justiça, Conselho Superior e Órgão Especial do Colégio de Procuradores. Em regra, o conhecimento das disposições normativas é suficiente.

➔ 2. Atribuições e funções

É preciso que o candidato saiba que, pretendendo ser um Promotor de Justiça, deve estar atento às funções do Ministério Público de uma forma geral, especialmente quando são polêmicas. Algumas provas trazem estas questões para dentro da disciplina Princípios Institucionais do Ministério Público. Embora torne-se, assim, um tema muito amplo, tenha em mente que não se busca saber se o candidato sabe que o Ministério Público tem atribuição para a ação penal pública – pois isso é indiscutível desde sempre –, mas questões que recentemente foram ventiladas. Assim, neste ponto, tenha atenção à jurisprudência e legislação recente. Também há interseção com as atribuições de cada órgão do Ministério Público, devendo o estudo ser, portanto, conjugado.

➔ 3. Chefia do Ministério Público

Aqui, tudo relacionado com a figura do Procurador Geral do Justiça deve ser dominado pelo candidato: seu processo de escolha, nomeação, funções, atribuições, destituição, responsabilização. De forma menos frequente, mas também de cobrança possível, indaga-se sobre a Chefia de outros ramos do Ministério Público que não o estadual. De todo modo, basta conhecimento aprofundado das leis e atos normativos para ir bem neste ponto, em geral.

➔ 4. Garantias e Prerrogativas

Diante de sua importância, o tema tem forte cobrança. É preciso ter em mente quais são as garantias e prerrogativas da função. Além de conhecimento das disposições legais, tanto em âmbito geral como no estado específico, é preciso que o candidato tenha um conhecimento mínimo sobre a aplicação de tais garantias e prerrogativas, bem como à questão doutrinária que estas vinculam-se ao cargo, não à pessoa.

➔ 5. Carreira e Direitos

Neste tópico estão as perguntas relacionadas à carreira de um modo geral: ingresso, promoção, remoção, vitaliciamento, dentre outros aspectos. Além disso, há cobrança sobre os direitos decorrentes da carreira: férias, licenças, vantagens em geral. De modo geral, a cobrança aqui limita-se ao disposto nas normas de regência.

➔ 6. Autonomia

A autonomia do Ministério Público é fortemente cobrada em suas diversas facetas (Funcional, Administrativa, Financeira). Neste ponto, o conhecimento doutrinário dos conceitos ajuda a resolver as questões, de modo que o candidato tenha bem definidos tais conceitos.

➔ 7. Regime Disciplinar

Neste ponto, é preciso saber as características quais são as condutas que configuram faltas disciplinares e suas consequências. Para além disso, importante conhecer o procedimento disciplinar e os órgãos com poder para aplicar sanções. Neste ponto, não só é importante conhecer as disposições legais, como o princípio da legalidade e a previsão nas leis orgânicas estaduais.

➔ 8. Vedações

O candidato deve conhecer, através das disposições normativas, quais as vedações àqueles que ocupam o cargo de Promotor de Justiça. Em especial, questões político partidárias e do exercício da advocacia, devendo ainda ser conhecida as questões temporais, ou seja, daqueles que ingressaram antes de determinado marco normativo no Ministério Público, bem como daqueles que já se aposentaram.

➔ 9. CNMP e Resoluções CNMP

Neste ponto, o candidato deve conhecer o CNMP, sua composição, funções, escolha de seus membros, mas, também, as questões doutrinárias e jurisprudenciais relacionadas aos poderes do CNMP, em especial o poder normativo e correicional.

Algumas provas cobram o conhecimento de Resoluções do CNMP. O candidato deverá, portanto, conhecer o conteúdo daquelas de maior importância para a atuação funcional.

➔ 10. Princípios Institucionais

Unidade, Indivisibilidade, Independência Funcional: há diversas questões doutrinárias – e também práticas – que se relacionam a estes conceitos basilares. O domínio destes é fundamental.

Diante disto, estes dez temas devem ter maior foco nos estudos da disciplina Princípios Institucionais do Ministério Público. Para um estudo mais completo, interessante completar o estudo com os temas que,

embora menos frequentes, já foram cobrados em provas, conforme tabela apresentada acima.

É importante que se tenha em mente que a lista não é exaustiva. O levantamento de dados não significa que os demais temas do edital não podem ser cobrados, por óbvio. Trata-se apenas de um mapeamento estatístico para aumentar as chances de êxito no estudo. Fique atento para alterações legislativas próximas à prova a ser prestada, bem como a jurisprudência recente. Casos de repercussão midiática também são capazes de destacar temas para a prova.

Quanto às fontes de estudo, tenha em mente que a banca CESPE/CEBRASPE, de maneira geral, é tradicionalmente mais afeta à cobrança jurisprudencial. Contudo, não se pode deixar de perceber que nem todos os temas possíveis de cobrança pelo edital apresentam jurisprudência significativa, uma vez que esta não é tão prolífera nesta disciplina em comparação com matérias mais tradicionais. Assim, a cobrança de muitos temas tem origem na lei e na doutrina.

É interessante observar que esta é uma disciplina que, em provas objetivas, tende a cobrar predominantemente conhecimento da letra da lei, destacando-se assim das demais disciplinas – e isso em todos os Estados.

Interessante analisar, ainda, a variação na incidência dos temas conforme a banca de aplicação. Como já explicado acima, em razão da variedade de bancas e da maioria das provas de Ministério Público ter banca própria institucional, separamos este levantamento estatístico em três grupos: FCC, CESPE/CEBRASPE, Bancas próprias institucionais.

Os temas estão arranjados em ordem decrescente de sua recorrência.

Bancas FCC:

	MP-AP 2012 FCC	MP-PA 2014 FCC	MP-PE 2014 FCC	MP- PB 2018 FCC	MP- -AL 2012 FCC	MP- -MT 2019 FCC	TOTAL
QUESTÕES	8	5	5	6	4	4	-
Órgãos (Exec/ Adm)	2	1	2	3	2	2	12
Chefia do MP	2	1				1	4
Garantias/Prerog.	1		1	1	1		4